

# **ANÁLISE DO REUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Ivete Maria Barbosa Madeira Campos**

[ivete.campos@gmail.com](mailto:ivete.campos@gmail.com)

Universidade de Brasília – UnB

**Cristina Helena Almeida Carvalho**

[cristinahelena@fe.unb.br](mailto:cristinahelena@fe.unb.br)

Universidade de Brasília – UnB

## **Resumo**

O artigo tem como objetivo analisar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na qualidade de política pública voltada para a ampliação da educação superior pública e executada pelo governo brasileiro. Trata-se de uma agenda originária dos segmentos em defesa da educação superior pública que se transformou, quando da sua implantação, em uma política pública polêmica ao estabelecer metas quantitativas, que priorizaram o ensino em detrimento da pesquisa e da extensão. Para tanto, o trabalho utiliza-se da metodologia de análise de políticas públicas no neoinstitucionalismo histórico, a partir do exame e sistematização dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Pretende-se estabelecer uma relação entre o entendimento e a defesa do MEC e da Andifes para com o Reuni e os contrapontos do Andes-SN em defesa da qualidade socialmente referenciada que deveria caracterizar a educação universitária. Isso implica verificar como um programa, concebido a partir das reivindicações dos principais seguimentos interessados e envolvidos na expansão da gratuidade da educação superior pública, tornou-se alvo de críticas por não responder com a efetividade e eficácia devidas à expansão e democratização da educação universitária pública. É possível concluir que houve um distanciamento entre o discurso do MEC, que parecia receptivo ao diálogo com os atores sociais – sociedade civil e comunidade acadêmica –, e o Estado em ação, na medida em que se mostrou contrário a esse discurso.

Palavras-chave: Reuni. Financiamento. Educação Superior.

## **Introdução**

Na sua origem, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi uma iniciativa que propôs um novo conceito de universidade defendida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) como universidade autônoma, com uma pesquisa, ensino e extensão de qualidade que contemplem a realidade brasileira. Diante disso, em que medida a expansão da educação superior pública passou de um “problema”, se inseriu na “agenda governamental” e se tornou a política pública denominada de Reuni?

O Programa surgiu com a intenção do governo federal em promover expansão e reestruturação das universidades federais na perspectiva de uma educação superior inclusiva e da redução das desigualdades regionais por meio da ampliação do gasto com o ensino superior público. Inspirou-se no Movimento Universidade Nova da Universidade Federal da Bahia<sup>1</sup>, que, em 2006, despertou interesse do MEC e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). No ano seguinte, foi publicado o Decreto nº 6.096, de 2007, que estabeleceu as diretrizes e metas do programa. Dos atores sociais diretamente envolvidos destacam-se Andifes, como representante dos dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e principal articulador do programa, e o Andes-SN, defensor da agenda e principal crítico das metas e diretrizes do Reuni.

Para análise desse cenário será considerado o conceito de “agenda política” que, segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), é o mecanismo mediante o qual os problemas e preocupações são reconhecidos como objeto de ação governamental e surge do discurso social e político no contexto das demandas dos diversos atores envolvidos.

Para “política pública” será considerada a análise de Carvalho (2011) que a entende

[...] como um conjunto de medidas que conformam um determinado programa de ação governamental que procura responder a demandas de grupos de interesse. Sob o enfoque concreto, implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem seu principal referente nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental. (Carvalho, 2011, p. 15).

---

<sup>1</sup> A proposta Nova Universidade compreendia reformas curriculares, criação de cursos experimentais e interdisciplinares de graduação.

O artigo está assim dividido: apresentação do Reuni; conceituação de agenda e política pública; contextualização do programa e seus principais atores; as contradições do Reuni na qualidade de política pública; e conclusões.

## **1. Da agenda a política pública**

Atualmente existem muitos estudos e análises sobre políticas públicas e agenda, o que implica em uma necessidade de estabelecer um conceito/definição para essas expressões, como forma de contextualizá-las na ação do Estado.

Na concepção de Howllet et al (2013), a montagem da agenda política é o ponto de partida do ciclo da *public policy-making*, formado por cinco etapas (1) montagem da agenda, (2) formulação da política, (3) tomada de decisão, (4) implementação e (5) avaliação. Portanto, corresponde aos vários percursos que finalizam com o reconhecimento de um problema social e de uma questão pública que necessita da ação governamental para sua solução, isto é, o reconhecimento do problema social na pauta pública ou agenda das políticas públicas do país, em determinado momento.

Ainda segundo esses autores, a agenda é construída a partir de um processo coletivo e conflituoso de definição, sendo formada por meio de diferentes mecanismos de pressão externa de grupos organizados; pelas temáticas por eles entendidas como relevantes; e, ainda, por iniciativa própria do governo e mobilização social em função de compromissos assumidos nas eleições. Ao entrar na pauta governamental, sem se desvincular da ação política ou das influências das propostas dos grupos de interesse, essa agenda transforma-se em uma política pública, materializada por meio de programas e projetos.

Segundo Carvalho (2011), as instituições têm um papel central no estudo das políticas públicas como autor e ator de ações específicas e por sua capacidade de interferir na própria política. Tal interferência dá-se pela

[...] própria formulação das representações sobre a política e a possibilidade de sucesso nas demandas é mediada pela formação histórica do Estado e de suas instituições políticas. Em segundo lugar, os grupos de interesses se formam e produzem suas agendas em diálogo com a reprodução de suas questões em estruturas organizacionais e agências estatais existentes. (Carvalho, 2011, p. 7).

## 2. Contextualização

Nos últimos vinte anos, a educação superior assumiu destaque no contexto em que se inseriu e despertou maior consciência pelo papel que desempenha, tanto para o desenvolvimento sociocultural e econômico, como para a construção do futuro de novas gerações.

O Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 2007, teve como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007, art. 1º). O fato de o Reuni ter sido um programa de governo estabelecido por um decreto, e não uma lei, já o tornou vulnerável, pois em possível mudança de governo em 2010, não havia qualquer garantia de continuidade do programa até 2012, ano de seu término.

Com previsão de durar cinco anos, de 2008 a 2012, estabeleceu medidas voltadas para a ampliação do acesso ao ensino de graduação nas Ifes e melhoria dos indicadores, como a taxa de sucesso da graduação e a relação aluno-professor (RAP). Tratou-se de um programa voltado para a expansão da educação superior pública federal, entendido como uma política pública de democratização do acesso ao nível superior.

O Reuni compôs uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), somatório de vários programas instituídos por decretos. No entanto, o PDE constituiu-se em um plano do Governo Federal, uma vez que não nasceu de um movimento amplo e democrático de discussão das políticas educacionais que permitisse a participação efetiva dos segmentos sociais e educacionais, de entidades sindicais e representações dos educadores e demais profissionais da Educação.

Além disso, a finalidade principal do Reuni foi fundamentada no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que estabeleceu provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (Brasil, 2001).

O objetivo do Reuni seria atingido por meio de metas. Uma meta global, fundamentada no art. 57 da Lei nº 9.394, de 1996<sup>2</sup>, foi estabelecida:

---

<sup>2</sup> A Lei nº 9.394, de 1996, e o PNE 2001-2011, normas que fundamentaram o Reuni, concebido no Governo Lula, foram estabelecidas no Governo Fernando Henrique.

[...] elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (Ministério da Educação [MEC], 2007 p. 2).

Assim, o Reuni foi uma das ações do Governo Federal voltada para promover uma reforma na educação superior que seria viabilizada por meio de pactos entre as Ifes e o MEC.

Os planos de reestruturação apresentados pelas universidades federais, e aprovados pelo Ministério da Educação, terão sua exequibilidade financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008, mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre o MEC e as universidades participantes. (MEC, 2007, p. 6).

Durante a concepção e implantação do Reuni, houve uma aproximação da Andifes com o MEC e, já em 2007, ano de início do programa, todas as 53 Ifes já tinham aderido ao Reuni. Inclusive o apoio da Andifes ao MEC ficou explícito com o respaldo dos reitores de universidades federais brasileiras, que se manifestaram favoráveis pela reestruturação da educação superior no Brasil quando assinaram o Manifesto da Universidade Nova, em dezembro de 2006, em Salvador na Bahia.

No ano de 2009, o MEC produziu o primeiro relatório e apresentou dificuldades de atingir as metas, como as relativas aos processos de contratação de docentes, remanejamento de oferta de vagas, atrasos na disponibilização dos espaços físicos e readequação dos projetos institucionais.

Cabe questionar até que ponto as dificuldades não estariam relacionadas diretamente com a forma apressada de aumentar as vagas nas universidades públicas, desconsiderando a necessidade de planejamento adequado e a ampla discussão com os envolvidos no processo educativo: alunos, docentes, técnicos, gestores, entidades representativas e sociedade civil.

## **2.1. O Reuni na perspectiva do MEC**

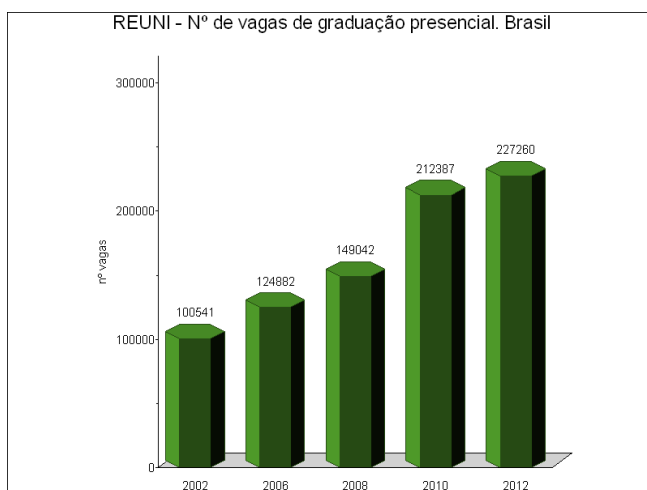
Na concepção do Governo Federal, mais especificamente do MEC, órgão do Poder Executivo condutor das políticas nacionais de educação, o Reuni constituiu-se na

expansão da democratização do acesso ao ensino superior, aumentando expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública.

O MEC (2012) sintetizou os dados quantitativos do Reuni. O documento resultou de um trabalho realizado por uma comissão instituída pelas Portarias nº 126, de 2012 e nº 148, de 2012, composta por representantes da Andifes, Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Do ponto de vista quantitativo, houve um incremento de recursos financeiros e expansão de cursos e ampliação da estrutura física, o que resultou no aumento do número de universidades e *campi*, como comprovam os resultados apresentados pelo MEC. Como resultado da expansão, foram criadas dez novas universidades, totalizando 63 Ifes, consolidação e implantação de 115 *campi* universitários e a expansão de cursos (53%), vagas (70%) e matrículas (66%), até 2012.

**Gráfico 1.**



Fonte: MEC/2012

Para tanto, o MEC alocou recursos financeiros da ordem de R\$ 2 bilhões, a serem repassados, ao longo dos cinco anos da sua vigência, para as universidades federais, mediante apresentação de um plano por cada uma delas. No entanto, cabe destacar que esse valor orçado correspondeu a apenas 20% dos recursos repassados às Ifes. Mesmo assim, a adesão ao programa e o cumprimento das suas metas serviram de condicionantes, por parte do MEC, ao repasse de outros recursos financeiros.

Nesse cenário, verifica-se que, entre os atores envolvidos, destaca-se o ator institucional MEC, que, por meio de documentos oficiais, decretos e programas de

governo, tentou dar uma resposta às reivindicações tão desejadas da expansão da educação superior pública, em meio a um discurso de ampliação do acesso, e, ao mesmo tempo, sob uma lógica empresarial fundamentada na eficiência, em indicadores, na avaliação e em metas quantitativas.

## **2.2. O Reuni na perspectiva dos atores sociais (Andifes e Andes-SN)**

Outro ator importante é a Andifes, que, de aliada do Andes-SN nas críticas às políticas para a educação superior pública do Governo Fernando Henrique, passou a um papel de interlocutora central, em relação ao Reuni, no Governo Lula, contribuindo para a construção do texto do programa e divulgando documentos ressaltando seus bons resultados.

Andifes ressaltou os avanços do programa e de certa forma corroborou com os dados do MEC, transcritos anteriormente de forma resumida. Esse documento ao apresentar os resultados dos recursos destinados às Ifes, destaca que:

Ao copilar os principais indicadores do crescimento propiciado pelo Reuni, este relatório torna públicos os evidentes sinais de que o sistema federal de Educação Superior brasileiro passa por um momento histórico de revitalização, estratégico para o desenvolvimento nacional e para o futuro do país. (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [Andifes], 2010, p. 5).

[...] Por ter referência na qualidade, visão estratégica, com metas e bases gerenciais claras, o Programa representa uma revolução na Educação Superior, com repercussão direta nos demais níveis de ensino e com consequências espreiadas por todas as atividades econômicas. (Andifes, 2010, p. 9).

A Andifes (2014) apresentou ao Governo Federal seis dimensões para continuidade do Reuni, o que poderá constituir um possível Reuni II: desenvolvimento nacional; desenvolvimento regional; inovação tecnológica; internacionalização; formação de professores; e educação a distância.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O documento foi entregue durante encontro de todos os reitores das Ifes com a Presidente Dilma Rousseff, quando foram ressaltados os avanços do Reuni, a necessidade de continuidade do programa e manifestado o apoio à sua candidatura.

Segundo Carvalho (2011), “a entidade representativa dos dirigentes universitários foi a principal interlocutora do governo federal tanto durante a elaboração do programa como na interface junto a suas associadas.” (Carvalho, 2011, p. 234).

Em que pese os dados da Andifes e do MEC, e de a origem do Reuni ser também fundamentada em reivindicação do Andes-SN, houve, ao longo do processo, um distanciamento entre esses atores. Se, por um lado, MEC e Andifes continuaram pactuando metas e diretrizes do programa como forma de expansão da educação superior pública, por outro lado, são muitas as críticas do Andes-SN com relação a essa expansão.

Sobre o Andes-SN, documentos oficiais do MEC consideraram que teve, no Reuni, uma resposta às suas reivindicações. No entanto, esse ator apontou que a expansão da educação superior pública não respondeu com a devida qualidade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Na percepção do Andes-SN, a condução da implementação do Reuni, à época, implicou na deterioração das condições de ensino e de trabalho da comunidade acadêmica. Segundo o Andes-SN, o atendimento e o reconhecimento, pelo Governo Federal, da reivindicação do movimento docente por expansão do sistema público de educação superior não poderia ocorrer por meio do rebaixamento das condições de trabalho de docentes e técnicos e da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão prestados pelas universidades à sociedade (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional [Andes-SN], 2007).

O Andes-SN fez críticas à urgência da implantação do Reuni, considerando que o objetivo do programa de ampliar o acesso e a permanência no nível de graduação, com melhor aproveitamento das condições físicas e de recursos humanos das universidades públicas é incompatível com a qualidade da educação superior,

[...] pois as precárias condições em que hoje se encontram praticamente todas as universidades públicas brasileiras, tanto em termos de sua infraestrutura quanto de insuficiências em seus quadros docente e de técnico-administrativo, não permitem a ampliação do acesso à educação superior com garantia de permanência – ainda que esta seja uma luta histórica do Movimento Docente. (Andes-SN, 2007, p. 21).



Dessa forma, o Andes-SN acrescentou que o alcance da meta global do Reuni de, em cinco anos, atingir a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da RAP para 1/18, expressou uma lógica produtivista e empresarial, cuja racionalidade se manifestaria na precarização dos processos de formação; no aumento das classes a serem atendidas por cada docente; na quebra do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) a favor do ensino; e na exigência do cumprimento de metas propostas pelo Reuni, verificadas de perto e amiúde por meio de parâmetros quantitativos, como condição para recebimento de recursos públicos (Andes-SN, 2007).

Por fim, Andes-SN (2013) fez uma avaliação do Reuni:

Ao colocar o Reuni em prática, a pretexto de democratizar o acesso ao ensino público superior, sem debate com a comunidade universitária, o governo federal expôs seu propósito de impor à sociedade um conceito de universidade condicionado pelo mercado, com sérios prejuízos para todos os envolvidos na educação e na produção de conhecimentos. Com a expansão desordenada, os problemas estruturais que as universidades públicas enfrentavam se agravaram. Hoje, o que se vê, de Norte a Sul do País, são improvisações, obras inacabadas, equipamentos deteriorados e a mais absoluta falta de condições de lecionar e de fazer pesquisa. (Andes-SN, 2013, p. 3).

Nesse mesmo documento, o Andes-SN afirmou que, em decorrência da ausência de repasse adicional de recursos pelo Governo Federal, em 2010, as metas estabelecidas pelo Reuni não foram cumpridas. Citou como exemplo a dificuldade de interiorização, pois a falta de tais de recursos impossibilitou a conclusão das obras de infraestrutura, e alguns cursos continuaram a ser ministrados em espaços absolutamente inadequados.

### **2.3 O campo contraditório das políticas públicas: o caso do Reuni**

O Reuni, na qualidade de agenda pública, segundo Howllet et al (2013), resultou do reconhecimento e identificação por parte do Governo Federal do problema do financiamento das Ifes, tornando-se uma agenda pública que resultou em um programa do MEC e na alocação de recursos financeiros propiciando a expansão das universidades públicas federais. Assim, o programa surgiu para fazer frente ao problema

da reduzida expansão da educação superior pública e, por isso, foi integrando à agenda institucional. No entanto, houve diversas contradições.

Uma delas foi a opção do MEC por um programa do Poder Executivo e sua origem. O MEC ao propor uma política de expansão da educação superior pública e ampliação do seu financiamento, buscou fundamentos em documentos e normas aprovados com forte influência do governo anterior (PNE 2001-2010 e a Lei nº 9.394, de 1996).

Ao se constituir em agenda governamental, transformou-se em uma política pública. As políticas públicas sociais estão estreitamente vinculadas ao mercado de trabalho. Este, por sua vez, se torna estratégico, pois decorre da organização de produção e alia a questão social ao poder econômico, em decorrência das mudanças ocorridas na forma de produção e de como se estabelecem, atualmente, as relações de poder tanto na esfera nacional como global, Boneti (2011).

Os próprios limites impostos pelo programa, por meio das suas metas, evidenciaram as divergências entre os atores envolvidos. Por um lado, está a manutenção do padrão de qualidade da educação superior pública, reivindicada pela comunidade acadêmica e o Andes-SN; por outro, estão as metas quantitativas voltadas para resultados estabelecidas pelo MEC e acordadas pela Andifes.

O Reuni, ao mesmo tempo que se apresentou como uma resposta à sociedade brasileira de expansão da educação superior pública e um contraponto à política do governo anterior em relação a esse segmento educacional, mostrou-se contraditório em relação às suas ações.

A autonomia da universidade foi questionada quando o financiamento ficou condicionado ao cumprimento de metas padronizadas exigidas pelo MEC. Outro ponto foi a exigência do aumento da produtividade, o que implicou em certa precarização da produção científica e do trabalho acadêmico. Dessa forma, não levou em conta as reais condições e necessidades e, sobretudo, a diversidade existente no conjunto das universidades públicas brasileiras.

Pelo fato de haver alocação orçamentária, para receber os recursos do programa, as Ifes foram condicionadas ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa. Os recursos foram limitados a 20% do orçamento de investimento e de custeio/pessoal do ano inicial de adesão e durante cinco anos. Sendo assim, questiona-se o caráter voluntário da iniciativa, uma vez que o financiamento foi condicionado, também, à capacidade orçamentária e operacional do MEC.

### 3. Conclusão

O Decreto nº 6.096, de 2007, ao estabelecer que as vagas fossem ampliadas com aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades, permitiu a reflexão a respeito do possível aproveitamento da estrutura pré-existente, pois as Ifes já vinham de uma condição de restrição de recursos humanos e financeiros imposta pelo governo anterior.

O atendimento dos planos apresentados pelas Ifes ficou condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC, outro ponto frágil, já que a proposta orçamentária do Governo Federal tem sua execução sujeita ao contingenciamento previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>4</sup>.

A priorização do ensino no programa promoveu ruptura com as outras duas finalidades – a pesquisa e a extensão – o que implicaria diminuição da qualidade do trabalho acadêmico e da pesquisa científica nas universidades federais. A outra meta, que era a de aprovação de 90% de estudantes, segundo o Andes-SN, só seria alcançada com aprovação em massa, o que implicaria em perda de qualidade do ensino.

O Reuni, ao se restringir a um aumento quantitativo da graduação com a ampliação do acesso e permanência na educação superior e, na ânsia de perseguir o aumento das taxas de diplomação, pode ter colocado em risco a qualidade e excelência do ensino superior público.

Dessa forma, ao considerar a conceituação teórica de política pública e o problema político que originou o Reuni, a defesa pela ampliação de vagas nas Ifes foi o ponto de concordância entre os atores estatais e sociais. No entanto, a implantação do programa foi ponto de discordâncias, decorrentes dos limites impostos por ele, o que tornou a tão reivindicada ampliação incompatível com a manutenção e ampliação do padrão de qualidade do ensino superior público.

Por fim, conclui-se que houve um distanciamento entre o discurso do MEC receptivo ao diálogo com os atores sociais – sociedade civil e comunidade acadêmica – e uma ação contrária a esse discurso.

---

<sup>4</sup> Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), criada para melhorar as contas públicas no Brasil, os governantes passaram a ter compromisso com o orçamento e as metas. No entanto, é usada como instrumento de controle de gasto e contingenciamento de repasse de recursos para as Ifes.

#### 4. Referências Bibliográficas

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional [Andes-SN] (2007). As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. *Cadernos ANDES*. Brasília, n. 25, pp. 1-62, ago.

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional [Andes-SN] (2013). Precarização do trabalho docente II. *Revista Dossiê Nacional*, 3 Brasília.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2014). *Uma agenda de desenvolvimento para as Universidades Federais*. Brasília.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2010). *Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Brasília.

Brasil (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 23 de julho de 2014, de <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>

Brasil (2001). *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Recuperado em 23 de julho de 2014, de <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>

Brasil (2007). *Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Recuperado em 23 de julho de 2014, de <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>

Boneti, L. W. (2011). *Políticas públicas por dentro* (3ª ed. rev.). Ijuí: Ed. Unijuí.

Carvalho, C. H. A. (2011). *A Política Pública para a educação Superior no Brasil: ruptura e/ou continuidade*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, Brasil.

Ministério da Educação (2007) *Diretrizes Gerais do Decreto nº 6.092 – Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Brasília, recuperado em 23 de julho de 2014, de <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>

Ministério da Educação (2012). *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília, recuperado em 23 de julho de 2014, de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=12386&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=)

Howlett, M. Ramesh, M. & Perl, A. (2013). *Políticas Públicas – seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral* (3ª ed.). (Francisco G. Heidemann, trad.). Rio de Janeiro.